Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Representação Parlamentar
do PCP Açores

Exma. Senhora Presidente da
Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores

N/ref:	*189 RPPCP/XI/2017*
Data:	*11 de Novembro de 2017*
Assunto:	*Apresentação de Requerimentos*

Exma. Senhora Presidente:

Ao abrigo do artigo 182º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do PCP apresenta os dois Requerimentos anexos ao presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

Santa Cruz das Flores, 11 de Novembro de 2017

O Deputado do PCP Açores

João Paulo Corvelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 3417 Proc. n.º 54.04.02
Data: 07 / 11 / 13 N.º 341/XI

Flores: Rua Senador André de Freitas - 9970-337 Santa Cruz das Flores || tel: 292 207 793
Faial: Rua Marcelino Lima - 9901-858 HORTA || tel: 292 207 638 || **Email: comunistas@alra.pt**

Requerimento

Considerando a informação que nos foi fornecida através de vários documentos pelas estruturas representativas dos trabalhadores da SINAGA, nomeadamente o Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), o Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores (SABCES/Açores) e o Sindicato dos Trabalhadores Agro-Alimentares da Região Autónoma dos Açores (SINTABA/Açores), sobre o não cumprimento da legislação laboral na SINAGA em algumas matérias remuneratórias, estando assim a Administração da SINAGA numa situação de incumprimento do Acordo de Empresa, no que se refere ao devido pagamento do trabalho extraordinário, do trabalho noturno e do subsídio de alimentação.

Considerando a situação difícil que os trabalhadores vivem, num momento de grande preocupação, apreensão e dúvidas quanto ao seu futuro e das suas famílias, num processo extremamente difícil em termos emocionais e psicológicos.

Considerando que têm sido os trabalhadores que têm mantido viva a SINAGA, fazendo tudo o que é possível, e mesmo o impossível, incluindo abdicar de aumentos salariais para garantir a sobrevivência da empresa e suportando ilegalidades quanto aos seus direitos, não sendo ressarcidos por eles.

Considerando que a Inspeção Regional do Trabalho tem conhecimento do sucedido, tendo sido chamada a intervir e nada tem feito no sentido de repor o cumprimento do Acordo de Empresa e a legalidade laboral na SINAGA.

Considerado que a Administração da SINAGA devia cumprir com o estabelecido na legislação laboral e no contrato de trabalho e não o faz.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita com urgência ao Governo Regional as seguintes informações:

Tem o Governo Regional conhecimento desta situação?

Pretende o Governo Regional, através do Secretário da Agricultura e Florestas, fazer cumprir a legislação e repor a legalidade e quando o pretende fazer?

Porque não atuou a Inspeção Regional do Trabalho numa situação que se arrasta há demasiado tempo? Tem a Inspeção de Trabalho comportamento diferente consoante a entidade que fiscaliza?

Porque não resolveu atempadamente a Administração da empresa estas irregularidades?

Como vê o Governo Regional este comportamento e atuação da Administração da SINAGA?

Flores: Rua Senador André de Freitas - 9970-337 Santa Cruz das Flores || tel: 292 207 793
Faial: Rua Marcelino Lima - 9901-858 HORTA || tel: 292 207 638 || **Email: comunistas@alra.pt**

Santa Cruz das Flores, 11 de Novembro de 2017

O Deputado do PCP Açores

(João Paulo Corvelo)